

VOLTA POR CIMA CRISE PODE ENSEJAR REFORÇO EFETIVO DO MULTILATERALISMO

MARCELO DE PAIVA ABREU

Persistem as dificuldades para se prever, mesmo precariamente, quais seriam os efeitos mais permanentes dos pavorosos atentados ao World Trade Center e ao Pentágono sobre as relações internacionais, os arranjos institucionais supranacionais e o desempenho da economia mundial. Mas algumas constatações se impuseram com rapidez. De um lado, a assustadora constatação da eficácia dos terroristas tanto no planejamento quanto na execução de suas terríveis ações. Em contraste, constata-se também a precariedade da doutrina defensiva norte-americana ao concentrar as atenções prioritariamente na possível ameaça de mísseis. A esta altura, ainda que com o benefício da visão retrospectiva, a escalada da audácia terrorista parece quase natural. Na lamentável lógica do extremismo terrorista fica muito clara, a posteriori, a continuidade entre o homem-bomba em uma lanchonete e o avião-bomba seqüestrado lançado sobre grandes edifícios.

Não chega a ser surpreendente que a revelação pública de inépcia provoque a tentação de usar a indignação como cortina de fumaça para ocultar a falha.

Mas a ira legítima deve, no caso de governos, ser temperada pela consciência de que o objetivo central é a defesa do estado de direito, especialmente no caso do governo da nação mais poderosa do planeta com invejável retrospecto de defesa das liberdades democráticas. O primitivismo da resposta inicial do governo norte-americano, exacerbando o *tit for tat* gerado pela mistura de repulsa e indignação, foi equivocado, ainda mais quando era notória a dificuldade em localizar o inimigo. Felizmente, passado o choque inicial, prevaleceu o bom senso e as reações de Washington, embora duras, como requer o momento, voltaram a centrar-se no reconhecimento de que a punição dos culpados não deve envolver o sacrifício de inocentes. O horror ético diante da discriminação por razões de cor, raça, sexo, religião, permanece inalterado após 11 de setembro. O ideal seria que não fosse necessário utilizar o argumento de que algo como um quinto ou um quarto da população mundial poderia ser classificada como muçulmana e, portanto, simplesmente não há espaço para soluções simplistas, simplórias, antidemocráticas, que rebaixem uma ampla coalizão antiterrorista ao espírito predatório de novos cruzados em guerra santa. Mas, como o argumento ético avança com dificuldade, tem predominado o da *real politik*.

O que está em pauta não é apenas a reformulação das condições de convivência entre muçulmanos e não-muçulmanos. Nem mesmo apenas o combate em escala mundial ao terrorismo seja ele checheno, tamil, curdo, palestino, israelense, irlandês, fundamentalista muçulmano, corso ou basco. A indefinição afeta diretamente as relações dos Estados Unidos, e também de outros países desenvolvidos, com os países em desenvolvimento. A marcha inexorável da globalização tem tendido a exacerbar a percepção da defasagem entre o mundo dos incluídos e o mundo dos excluídos, embora sem globalização os pobres provavelmente estivessem em situação absoluta ainda pior.

A antecipação das conseqüências de médio e longo prazos dos atentados nos EUA depende do formato da reação dos EUA ao mundo em desenvolvimento não-muçulmano. Por um lado, poderá haver, e seria desejável, um legítimo esforço de atenuar os contrastes entre diferentes economias afetadas de forma relativamente desfavorável pelo processo de globalização. Mas por outro pode haver a tentação perigosa de intensificar, por meio de medidas coercitivas, a velocidade de harmonização de políticas adotadas em diferentes países tendo como paradigma os valores do centro do sistema.

Esta incerteza afeta crucialmente a economia mundial. Uma das raízes da pujança do modelo norte-americano certamente é a diversidade étnica e cultural que desde a origem tem caracterizado a sociedade dos EUA.

Entretanto, faz parte das contradições clássicas da política norte-americana que esta diversidade dê lugar, na política externa, ao *teach them a lesson* (ensinar-lhes a lição), postura pedagógica militante associada à disseminação de valores "ocidentais" promovidos, sem grandes delongas, a valores universais. No campo econômico, esta tendência se explicita no leque de propostas de "harmonização" de políticas, que hoje afetam normas trabalhistas e meio ambiente, mas que amanhã poderão ser generalizadas. É preocupante que seja acompanhada pela sistemática protelação da exposição à concorrência de setores de atividade ineficientes.

Mais do que nunca, se os EUA pretendem adotar com sucesso uma estratégia de superação da atual crise sistêmica via aprofundamento do multilateralismo, devem estar preparados para tornar efetivamente atraentes para as economias das franjas do sistema o caminho de crescente integração à prosperidade do centro do sistema. Nas negociações em curso na OMC e na Alca, isso significa aproximar-se da posição dos países em desenvolvimento e privilegiar a liberalização nos setores "sensíveis" do ponto de vista da economia política da proteção nas economias desenvolvidas - produtos agrícolas, têxteis e siderúrgicos - e também reconhecer a preponderância efetiva dos acordos internacionais sobre legislações nacionais, especialmente no campo da defesa comercial. As declarações recentes do representante de Comércio dos EUA, Robert Zoellick, parecem indicar que este espírito tende a prevalecer no Executivo norte-americano, sublinhando a necessidade de flexibilidade para que se chegue a acordos. Mas as negociações com o Congresso quanto às condições para a aprovação da Trade Promotion Authority parecem sugerir que a velha estratégia do *all for nothing* (tudo em troca de nada) continua firme entre a maioria dos congressistas.

Marcelo de Paiva Abreu é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio